

## Brasil 200 anos: cinco desafios remanescentes

### Brazil 200 years: five remaining challenges

#### Professor Alcides Costa Vaz\*

\*Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1982), mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1987) e doutorado em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP (2001). Atualmente, é Professor Titular do Instituto de Relações Internacionais da UnB, onde exerce a Coordenação Geral do Grupo de Estudos de Política e Segurança Internacional (GEPSI). Ex-Presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED)(2016-2020). Ex-pesquisador senior do CEEEX.



#### Palavras-chave:

Desafios; Sociedade; Estado.

#### Keywords:

Challenges; Society; State.

O Bicentenário da Independência é oportunidade ímpar para refletirmos sobre os desafios que o Brasil logrou vencer e sobre aqueles que ainda perduram, referentes à consolidação do Estado, à promoção do bem-estar econômico e social de sua população e à sua inserção na comunidade internacional. Esta breve reflexão não se propõe a abordar essas três dimensões em sua inteireza, o que, além de pretencioso, ultrapassa o propósito e os objetivos do Seminário. Objetiva, antes, apontar aqueles desafios que, desde a ótica do presente, não foram adequada ou suficientemente respondidos e que, por consequência, permanecem em pauta, com incidência direta e significativa, quando não, determinante, no delineamento dos horizontes e possibilidades do País face às agendas e aos espaços de atuação, tidos como indispensáveis para a consecução de seus interesses doméstica e internacionalmente. Ao fazê-lo, assumimos como referente principal a sociedade, uma vez ser esta tanto a fonte primordial de legitimação do Estado, como também a destinatária maior das preocupações e das ações dele, no exercício de suas prerrogativas e competências.

O primeiro desafio remanescente a merecer atenção prioritária é a redução da desigualdade econômica e social. É amplamente reconhecido o fato de que o Brasil logrou significativos avanços no tocante à prosperidade e ao desenvolvimento econômico, perfilando entre as maiores economias do planeta. Contudo, ainda está bastante distanciado das economias avançadas e exibe níveis de concentração de renda, de pobreza e de desenvolvimento humano que permitem afirmar ser um país injusto para com grande parte de sua população. Sociedades que ostentam níveis de desigualdade como a brasileira são como corpos mutilados, autolimitados em suas capacidades e potencialidades, impossibilitados, portanto, de alcançar o pleno atendimento e realização de suas necessidades e aspirações. Os indicadores da desigualdade econômica e social, das disparidades regionais, igualmente expressas no tocante a gênero e raça, testam, por si mesmos, a insuficiência dos esforços empreendidos na promoção do desenvolvimento em sua acepção mais ampla e, mais ainda, a dimensão do desafio remanescente nesse campo.

Isso nos conduz ao segundo desafio, qual seja, a promoção do desenvolvimento em base sustentada, sustentável e com equidade, o que remete à necessidade de perseguir a transformação produtiva que permita à sociedade brasileira lidar simultaneamente com transição ainda incompleta, de uma sociedade industrial para uma sociedade de conhecimento no marco de economias digitais - desafios próprios das últimas quatro décadas - e com o advento emergente de um mundo pós-digital, impulsionado por novos vetores tecnológicos, com destaque às tecnologias e à computação quânticas e seus desdobramentos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Não se trata, portanto, apenas de acompanhar o desenvolvimento ditado, na ponta, por avanços e inovações tecnológicas em suas diversas aplicações e de reduzir os variados gaps tecnológicos, o que por si só, já representa um desafio de enormes proporções, ainda mais se considerados os investimentos insuficientes do País em educação, ciência, tecnologia e inovação. Trata-se, também, e não apenas subsidiariamente, o que representa um terceiro desafio, de lidar com tecnologias sociais emergentes que moldarão as possibilidades de configurações sociais no futuro próximo, quando o País ainda se debate com temas como a universalização do acesso à educação em seus diferentes níveis, insuficientes níveis de inclusão digital, fragilização de instituições basilares da própria sociedade, dentre outros.

O que está em questão, portanto, é o cada vez mais delicado e complexo equilíbrio entre os indeclináveis contornos de uma sociedade plural, de um lado, e a promoção e preservação de coesão política e social em torno de concepções convergentes sobre princípios e valores fundamentais, sobre prerrogativas, competências e limites do Estado, as instituições da própria sociedade, formas de reconhecimento e valoração da pluralidade nos diversos âmbitos da vida comunitária. A isso se acresce a promoção de um sentido de responsabilidade e solidariedade de cunho cosmopolita que conecte a sociedade brasileira às demandas e às exigências de um ambiente internacional marcado por crescentes ameaças, riscos e vulnerabilidades em diferentes âmbitos e cuja premência se expressa de modo claro na agenda ambiental e nas implicações imediatas e mediatas da mudança climática.

Por fim, colocamos em destaque como quinto desafio remanescente, as transformações demográficas que o planeta e o próprio Brasil já experimentam. Projeções das Nações Unidas apontam que o século XXI será marcado pelo maior crescimento demográfico, projetado em 5,1 bilhões, face aos 4,5 bilhões registrados no século XX, sendo o continente africano o epicentro deste aumento. Nos próximos cinquenta anos, estima-se que o aumento da população africana alcance 1,3 bilhões, ou seja, aproximadamente a atual população da China. A população global, hoje estimada em 7,3 bilhões, deverá alcançar 11,2 bilhões no ano 2.100, imprimindo uma pegada ecológica (os impactos sobre o meio ambiente) 50% maior do que a biocapacidade do planeta, o que se agrava, se tomadas em conta as perspectivas quanto ao aquecimento global e à degradação dos ecossistemas terrestres.

No caso brasileiro, sabe-se que o País vivencia o envelhecimento de sua população, com pressões crescentes sobre a previdência social e os gastos públicos, sobre a estrutura de serviços, e também importantes impactos no mercado de trabalho e nas instituições sociais de modo geral, em uma tendência, em princípio, aparentemente contraposta àquela observada no plano global. No entanto, isso não é verdadeiro. As mudanças demográficas que estão em curso no Brasil tendem a favorecer, por distintas razões, fluxos migratórios por sua vez também impulsionados por outras razões. O que se pretende assinalar é que as migrações, sobretudo internacionais, que serviram tradicionalmente como “válvulas de escape”, para permitir acomodações face às disparidades econômicas e sociais e à desigual distribuição de oportunidades entre países e sociedades, tendem a não mais atuar no mesmo sentido, tornando-se, antes, importante fonte de tensões domésticas e internacionais. Essa tendência expressou-se de forma clara na crise migratória de 2016 e segue manifestando-se em diferentes contextos, alimentando resistências e, quando não, discriminações, conflitos e xenofobismo. Nas próximas décadas, a exposição do Brasil a esses aspectos tende também a aumentar. Nos dois primeiros séculos de trajetória independente, o Brasil valeu-se das migrações, inclusive forçadas, em prol de seu desenvolvimento. No futuro, as migrações seguirão como um fator importante face às dinâmicas e às necessidades, tanto de ordem interna quanto externa, mas não deverão servir como um elemento funcional e de baixo potencial para suscitar crises e tensões.

O conjunto de desafios considerados põe em questão a capacidade de articulação política das instituições de Estado, de governo e da própria sociedade, em um contexto marcado por acentuadas incertezas e crescente insegurança, do ponto de vista externo, e de tensionamento e fragilização do tecido político e social. No marco dos duzentos anos de independência, não são tanto os desafios à soberania nacional que avultam, mas antes o da própria nação brasileira de preservar e fortalecer os laços de identidade e o sentimento de pertencimento, condições indispensáveis para se manter socialmente e politicamente coesa.

